



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

Reforçar a fiscalização das creches, com vista a acabar com os casos de maus-tratos de crianças

Recentemente, registaram-se vários casos suspeitos de maus-tratos de crianças em creches, que suscitaram a atenção da sociedade. Há quem entenda que, para reduzir ou acabar com estes casos, as autoridades devem intensificar a fiscalização às creches e instituições de ensino infantil, e agravar as sanções para os autores, creches e instituições onde se registem maus-tratos ou negligência que resultem em danos físicos ou psicológicos para as crianças.

Para além dos casos suspeitos nestes últimos dois meses, em 2016 e 2017 foram também revelados casos de maus-tratos ou negligência que resultaram em danos físicos ou psicológicos para as crianças. As autoridades afirmaram, há anos, que iam intervir e acompanhar os casos e proceder às devidas averiguações à creche envolvida, mas a verdade é que alguns pais/encarregados de educação não ficaram satisfeitos, pois demorou-se muito tempo nas averiguações e depois de passado meio ano ainda não se conhecem resultados. Segundo as notícias, em Julho passado, alguns pais/encarregados de educação apresentaram queixas à polícia e pediram ajuda às autoridades competentes sobre casos suspeitos de maus-tratos nas creches, esperando que as mesmas procedessem à devida investigação e ao



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

acompanhamento dos casos. No entanto, já em Agosto, registaram-se mais dois casos suspeitos de maus-tratos de crianças na mesma creche. Segundo muitos pais/encarregados de educação, se o Instituto de Acção Social tivesse prestado a devida atenção aos casos suspeitos registados em Julho, procedendo, de imediato, à sua investigação e ao seu tratamento rigoroso, poder-se-ia, muito provavelmente, ter evitado a repetição de mais casos semelhantes.

Os pais/encarregados de educação dificilmente toleram ver os seus filhos magoados. As famílias em que ambos os pais trabalham não têm muitas condições, muitos são obrigados a entregar os seus filhos às creches, por isso, ficam preocupados, pois se as autoridades não fiscalizarem devidamente, mais crianças podem ser vítimas.

Face ao exposto, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. Os casos suspeitos de maus-tratos de crianças divulgados nas redes sociais suscitaram a atenção de toda a cidade. Segundo os pais/encarregados de educação, os mecanismos de contacto e acompanhamento e a eficácia dos trabalhos das autoridades carecem ainda de melhorias. Assim sendo, como é que as autoridades vão aperfeiçoar os mecanismos de contacto, acompanhamento e comunicação de emergência, para que as pessoas que necessitam de apoio possam obter assistência imediata?

2. Segundo as autoridades, já foram dadas instruções a todas as creches



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

de Macau, no entanto algumas orientações não têm força vinculativa. As creches estão sujeitas ao Regime de licenciamento dos equipamentos sociais (diploma que “Estabelece as condições gerais a que ficam sujeitos os equipamentos sociais a licenciar pelo Instituto de Acção Social”), as sanções consagradas são leves, as multas variam entre 200 patacas a 20 mil patacas, e existem situações em que as irregularidades não são objecto de sanção, por isso o regime não consegue surtir os devidos efeitos dissuasores. Assim sendo, as autoridades vão actualizar, atempadamente, o respectivo regime jurídico, reforçar as sanções aplicáveis às creches e aos trabalhadores envolvidos, aumentar o número de vistorias aleatórias e reforçar a fiscalização, por forma a evitar que mais casos de maus-tratos voltem a acontecer?

3. As autoridades vão ponderar ainda a obrigatoriedade de todas as creches criarem sistemas de videovigilância que obedeçam aos critérios técnicos previstos na lei, com vista a aumentar os efeitos dissuasores e a garantir a segurança das crianças?

2 de Setembro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,

Zheng Anting